

O AUTOR

William E. Biernatzki, SJ

Editor da revista *Communication Research Trends*, do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura – Universidade de Saint Louis, EUA.

DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO GLOBAL¹

Regulamentação do poder das empresas transnacionais de mídia deve ser global e garantida por organizações da sociedade civil

O crescimento explosivo da comunicação eletrônica mundial durante os últimos anos rivaliza com a crescente influência das empresas transnacionais de mídia como promotoras da globalização. A Internet se desenvolveu juntamente com as empresas transnacionais, tanto como sua *cria* (em conjunção com as Forças Armadas) quanto como sua *ferramenta*. Mas sua utilização não está limitada às grandes empresas e aos governos. Indivíduos e organizações não-governamentais também utilizam-na extensivamente.

Com a crescente digitalização e com a acessibilidade à banda larga², serão encon-

tradas novas utilizações e a comunicação eletrônica, gradativamente, assumirá cada vez mais setores da atividade humana.

Robin Mansell detalha a história do desenvolvimento das telecomunicações pela perspectiva da economia política. Ele descreve as manobras realizadas, durante diversas décadas, por sistemas governamentais monopolistas, por empresas favorecidas pelo governo – seus possíveis concorrentes – e os reguladores governamentais nos Estados Unidos e em quatro países europeus – o Reino Unido, França, Alemanha e Suíça.

A autora distingue dois modelos que foram propostos para analisar a estrutura

1. Artigo originalmente publicado em *Communication Research Trends* (Tendências da pesquisa em Comunicação) Universidade de Saint Louis, EUA, n.1, v.17, de 1997. A tradução da primeira parte foi publicada em *Comunicação & Educação*, n.19, p. 46-65.

2. Banda larga é um recurso tecnológico (cabos de fibra ótica) que permite a transmissão de dados (imagens, sons etc.) pela Internet a uma velocidade de 256 kbps (kilobytes por segundo).

industrial em desenvolvimento das telecomunicações na Europa: um modelo idealista, que sugere “uma visão de um ambiente de serviço inteiramente interativo no qual o acesso a todos os serviços eletrônicos concebíveis através das redes públicas está disponível aos clientes por preços cada vez mais baixos”; e segundo, um “modelo estratégico que reflete as condições institucionais sob as quais as inovações técnicas são produzidas e utilizadas”³.

PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO DA REDE

De acordo com Mansell, o modelo idealista cria a impressão de que um novo *design* de rede beneficiará a todas as camadas da sociedade e da economia. O modelo estratégico, no entanto, faz a suposição mais pessimista – embora realista – de que este é um ambiente caracterizado por “redes fragmentadas, de reduzida eficiência na difusão de serviços; por uma indústria direcionada pelos suprimentos que sofre pressão de usuários multinacionais; por fraco estímulo à concorrência na maioria dos mercados periféricos; pela monopolização e rivalidade, sem acesso transparente à rede e por maior regulamentação”⁴. Ela cita G. de Jonquieres⁵ para falar sobre o efeito da convergência

técnica que as condições retratadas pelo modelo idealista supostamente traria, afirmando que essa seria uma miragem. Depois de muitos anos de litígio e reestruturação da indústria nos Estados Unidos, Mansell observa que a “convergência das telecomunicações e das tecnologias de computação está em evidência apenas na periferia da rede pública e em suportes de serviços avançados”⁶.

Para Mansell, muitos dos benefícios alardeados pelo mito da globalização devem ser questionados pelas evidências empíricas em conjunção com a visão geral da economia política, que “expõe as relações de poder que estão embutidas nos processos de alteração técnica e institucional...”⁷.

Anerbuch e seus colaboradores⁸ repetem a sugestão de Charles Firestone, do Aspen Institute, de que as tecnologias de comunicação se desenvolveram, a partir de 1930, em três estágios, comparáveis à infância, à adolescência e à fase adulta do ser humano. Na infância, elas precisaram ser nutridas na forma de quase monopólios e através de rígida regulamentação governamental. A desregulamentação seguiu na adolescência, permitindo que a concorrência moldasse a indústria de modo mais eficiente. Por fim, as tecnologias eletrônicas entraram em sua fase adulta, enfrentando continuados desafios para manter

3. MANSELL, Robin. **The new telecommunications: a political economy of network evolution.** (As novas telecomunicações: uma economia política da evolução da rede.) London/Thousand Oaks, CA/New Delhi: Sage, 1993. p. 194.

4. MANSELL, Robin. **The new ... op. cit.** p.195.

5. JONQUIERES, G de. *The deadly mirage of convergent technology.* (A miragem mortal da tecnologia convergente.) **Financial Times**, 1989.

6. MANSELL, Robin. **The new ... op. cit.** p.195-196.

7. MANSELL, Robin. **The new ... op. cit.** p.195-196.

8. ANERBUCH, B. et al. *Globalizing Business, education, culture through the Internet – the next 50 years: our hopes, our visions, our plans.* (Globalizando os negócios, educação e cultura através da Internet – os próximos 50 anos: nossas esperanças, nossas visões, nossos planos.) **Communication of the ACM** (Association for Computing Machinery). v. 40, n. 2, fev. 1997. p. 115-121.

equilíbrio entre as diversas responsabilidades, os imperativos éticos e a realização de objetivos sociais, ao mesmo tempo que eram atacadas por muitos conflitos e tensões. Os autores sinalizam as vantagens dos computadores e da comunicação eletrônica e listam muitos de seus benefícios, mas reconhecem que há problemas e perigos que os acompanham.

Por exemplo, citam a ausência de mercado suficiente nos países em desenvolvimento, o que impede que investimentos educacionais nesta área se tornem economicamente viáveis. Essa ausência de mercado também pode dificultar a rápida difusão dos benefícios das tecnologias nestes países. Enfatizam ainda que deve ser dada atenção especial a esses países, de forma a permitir que eles “venham a competir de igual para igual com o mundo industrial.”⁹

FATOR HUMANO

Outro ponto fraco do desenvolvimento da rede é a questão da assimilação das novas tecnologias por parte dos usuários. A inabilidade de domínio da tecnologia continua impedindo que muitos compartilhem dos benefícios surgidos com a rede. Cria-se uma divisão da sociedade entre os que têm e os que não têm computadores. Em outro extremo, para muitos, é preferível viver no ciberespaço do que no mundo real. É mais fácil ficar fixado em computadores. Assim, a relação com o computador torna-se um vício tão forte que,

para seus usuários, eles são “uma droga e não uma experiência enriquecedora”¹⁰.

O maior impacto psicológico das novas tecnologias está por ser visto. Alguns dos problemas e possibilidades foram pesquisados em uma edição temática do The New York Times Magazine, de 28 de setembro de 1997, “*What is technology doing to us: It’s making us faster, richer, smarter, also alienated, materialistic, and a little crazy*” (O que a tecnologia está fazendo por nós: está nos deixando mais rápidos, mais ricos, mais espertos e também alienados, materialistas e um pouco loucos).

Até mesmo o comércio eletrônico tem seus defeitos, alguns dos quais Anerbuch e seus co-autores listaram: transações inseguras, poucas garantias de serviço, falta de proteção para a propriedade intelectual e falta de padrões para o intercâmbio de dados e interoperação entre sistemas diferentes. Há ainda tensões entre, por um lado, a necessidade de proteger o sistema de potenciais utilizações anti-sociais; e, por outro, a necessidade de proteger a privacidade e permitir o maior acesso possível para usos pró-sociais. Também é observada a necessidade de “proteger países, idiomas e culturas”¹¹.

DESREGULAMENTAÇÃO

Muitos entusiastas da revolução digital têm esperança de que ela levará à desregulamentação total da indústria das telecomunicações. A Nova Zelândia adotou uma

9. ANERBUCH, B., et al. *Globalizing... op. cit.*

10. ANERBUCH, B. et al. *Globalizing... op. cit.*

11. ANERBUCH, B. et al. *Globalizing... op. cit.*

política de desregulamentação, em 1989, e tentou chegar o mais próximo possível da desregulamentação total¹². Contudo, subsequentes complicações legais revelaram a dificuldade de se controlar a tendência de formação de monopólio, mesmo sob uma política de regulamentação *de mão leve*¹³.

Um aspecto da desregulamentação na Nova Zelândia, desde então imitado na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e em outros lugares, foi a alocação do espectro eletromagnético através de leilões. Eli Noam¹⁴ não aceita os leilões como melhor solução comercial de curto prazo. Ele defende a idéia do desenvolvimento de um modelo de acesso aberto, através do qual os usuários do espectro eletromagnético poderiam enviar pacotes de informações usando várias rotas, assim como um motorista paga pedágios para usar uma estrada. Isto evitaria posse direta das bandas, bandas estas que, para muitos, deveriam continuar sendo propriedade pública.

DIFERENÇA DIGITAL

A tecnologia digital, de fato, fará a diferença na indústria de comunicação de massa, embora persistam incertezas¹⁵. De acordo com Damian Green, centenas de canais estarão disponíveis, através das

freqüências terrestres e via satélite de transmissão, no mesmo espaço de espectro que hoje é utilizado de forma relativamente ineficiente pelos sistemas analógicos. Isso sem mencionar uma vasta gama de circuitos distribuídos por cabo. Ainda assim, Green pensa que os entusiastas exageram em seus argumentos, “principalmente por motivos perfeitamente óbvios (e honoráveis) de interesse comercial”¹⁶. Ele não acredita que a necessidade da regulamentação desaparecerá e afirma que há quatro áreas onde os governos, seja em nível nacional ou, cada vez mais, em nível internacional, têm um papel legítimo a desempenhar. Uma dessas áreas está relacionada à necessidade de garantir o acesso universal aos serviços básicos que são fornecidos pelo mercado apenas aos que podem pagar por eles. Uma segunda área refere-se à garantia de uma ampla distribuição de serviços multimídia, que poderiam, muito provavelmente, ser monopolizados se houvesse um sistema totalmente desregulamentado. A concorrência tecnológica também poderia ser salvaguardada através de regulamentação governamental. Isto evitaria que um sistema que apresentasse especial êxito sufocasse o acesso da concorrência.

12. JOHNSTONE, Bob. *Godzone*: What would it be like if all government regulations on telecommunications just went away. (Como seria se toda a regulamentação sobre telecomunicações fosse banida.) *Wired*, vol. 3, n. 11, novembro, 1995. p. 164-167, 230-236.

13. BLANCHARD, Carl. *Telecommunications regulation in New Zealand: light-handed regulation and the Privy Council's judgment*. (Regulamentação das telecomunicações na Nova Zelândia: regulamentação branda e o julgamento dos conselhos privados.) *Telecommunication Policy*, vol. 19, n.6, 1995. p. 465-475.

14. NOAM, Eli. *Beyond spectrum auctions: taking the next step to open spectrum access*. (Além dos leilões de espectros: dando o próximo passo para abrir acesso ao espectro.) *Telecommunications Policy*, vol. 21, n. 5, junho, 1997. p.461-475.

15. NOAM, Eli. *Beyond spectrum...* op. cit. p. 50-52 e 200-203.

16. GREEN, apud CONGDON, et al. *The cross media revolution: ownership and control*. (Revolução das mídias cruzadas: propriedade e controle.) London/Paris/Rome: John Libbey, 1995. p. 27.

Deveria haver um reconhecimento de que “a mídia não pode ser tratada como apenas outra indústria”¹⁷, sem garantias da diversidade na apresentação de perspectivas políticas, ideológicas e culturais.

Na qualidade de ex-pesquisador da Bell Labs e da AT&T e de conselheiro de ciências do governo dos EUA, A. Michael Noll¹⁸ está longe de ser um *ludita*¹⁹, ou seja, um defensor da destruição das máquinas. No entanto, ele é um dos diversos autores a alertar que a possibilidade de construção de uma supervia da informação está sendo superestimada por seus promotores mais entusiastas, e que alguns de seus efeitos, se forem alcançados, podem ser perigosos e até maléficos economicamente.²⁰

Para Noll, a supervia da informação representa muita agitação e fantasia, prometendo serviços que a maioria das pessoas não quer e pelos quais nem está disposta a pagar. Observa ainda que a construção da supervia da informação é cara demais e que muito de sua tecnologia existe apenas no papel, não é real. Além

disso, acredita que sua construção pode resultar em um monopólio total do entretenimento e das telecomunicações por algumas megaempresas.

UNESCO E NOVA ORDEM DA COMUNICAÇÃO (NOMIC)

A questão da “New World Information and Communication Order” (NWICO) (Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação – NOMIC²¹), promovida pela UNESCO, durante o final da década de 70, em todos os países não-Occidentais e socialistas, transformou-se, no início da década de 80, em uma grande crise para tal organização. A NOMIC foi a causa parcial que motivou a retirada dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e de Singapura da UNESCO, em meados da década de 80. Desde então, o funcionamento da Organização ficou debilitado. Os aspectos do debate em relação à NOMIC, a incluir os principais pontos do relatório da Comissão MacBride²², foram descri-

17. CONGDON, et al. *The Cross Media... op. cit.* p. 27-31.

18. NOLL, A Michael. *Highway of dreams: a critical view along the information superhighway.* (Auto-estrada de sonho: uma visão crítica junto à supervia da informação.) Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1997. p. 2.

19. Movimento de destruição de máquinas, do início do século XIX, liderado por operários revoltados com o aperfeiçoamento das máquinas que resultava no fechamento de postos de trabalho. (N. Ed.)

20. Consultar também KOCH, Tom. *The Message is the medium: on-line all the time for everyone.* Westport, CT/London: Praeger, 1996; DORDICK, Herbert S., WANG, Georgette. *The information society: a retrospective view.* Newbury Park/London/New Delhi: Sage, 1993; PERKINSON, Henry. *No safety in numbers: how the computer quantified everything and makes people risk-averse.* (Não há números seguros ou como o computador quantifica tudo e torna as pessoas avessas ao risco.) Cresskill, NJ: Hampton Press, 1996.

21. A Unesco instituiu na década de 70 a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação – NOMIC – com o objetivo de oferecer às nações em desenvolvimento mais controle sobre os fluxos de informações sobre seus países e a partir de seus países. Esta nova ordem foi contestada principalmente pelos EUA, e abandonada pela Unesco em 1989.

22. Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, conhecida pelo nome de seu presidente, Sean Mac Bride. Foi instituída pela Unesco e funcionou no período de 1977-1980. Composta por intelectuais de 16 países, tinha como objetivo estudar os problemas comunicacionais dentro das sociedades modernas, principalmente os relativos à liberdade de imprensa e ao direito à informação. MACBRIDE, Sean, et al. *Many Voices, one world: communication and society today and tomorrow.* (Muitas vozes, um mundo: comunicação e sociedade hoje e amanhã.) London/New York/Paris: Kogan Page/Unipub/Unesco, 1988.

tos em uma edição anterior de *Communication Research Trends*.²³

O tempo e a tecnologia mudaram drasticamente muitas das questões que motivaram o confronto em relação à NOMIC. Talvez a maior alteração tenha sido o colapso do socialismo na antiga União Soviética e na maioria dos outros países que haviam apoiado o movimento NOMIC, no final da década de 1980. Países menos desenvolvidos economicamente mantêm praticamente a mesma relação com a dinâmica mundial de comunicação que mantinham na década de 70, e continuam objetos de experiências negativas. Sem o apoio soviético às suas reclamações têm bem menor probabilidade de serem ouvidos.

Traber e Nordenstreng²⁴ acreditam que as disparidades tratadas pela Comissão MacBride, de fato, ficaram mais pronunciadas desde o aparecimento inicial do relatório da Comissão. Eles distinguem duas causas: "Como o Relatório MacBride surgiu originalmente em 1980, testemunhamos a exacerbação de muitos dos problemas dos quais a Comissão tratou. Em particular observamos o surgimento de empresas multinacionais como os principais participantes na arena das comunicações internacionais e o crescimento da propaganda global. Cada vez mais o controle dos meios de comunicação de massa descansa em menos mãos. A habi-

lidade de comunicar depende, de forma crescente, da capacidade de pagar"²⁵.

Robert L. Stevenson apresenta uma visão mais positiva, embora o debate sobre a NOMIC tenha deixado de alcançar seu objetivo, ou seja, um fluxo "livre e equilibrado de informações pelo mundo, ela teve alguns efeitos úteis, alguns dos quais não visíveis imediatamente"²⁶. Entre eles estão: a melhoria da cobertura que a mídia Ocidental passou a dar a outras regiões, os maiores investimentos em treinamento e desenvolvimento para os meios de comunicação de massa, o renovado interesse pelo desenvolvimento da comunicação e o suporte advindo do jornalismo independente.

NOVA AGENDA

Richard C. Vincent²⁷ propôs itens para a discussão de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação que levaria em consideração as alterações ocorridas durante as últimas duas décadas. No final da década de 70, a NOMIC tornou-se mais um *slogan* do que uma base significativa para a discussão de alterações construtivas. Nas palavras de Elie Abel, jornalista norte-americano e participante das deliberações da Comissão MacBride, "no que diz respeito à ordem de informação (nova e mundial) ...o fato é que nin-

23. KUMAR, Keval J. W., E. BIERNATZKI, S.J. *International news flows*. (Fluxos internacionais de comunicação.) *Communication Research Trends*, v. 10, n. 4, 1990.

24. TRABER, Michel. NORDENSTRENG, Kaarle (eds.). *Few voices, many worlds: towards a media reform movement*. (Poucas vozes, muitos mundos: em direção a um movimento de reforma da mídia.) London: World association for Christian Communication. 1992.

25. TRABER, Michel. NORDENSTRENG, K. (eds.). *Few voices... op. cit.* p.1.

26. STEVENSON, R. L. *apud* UCHE, L. U. *North-South information culture: trends in global communications and research paradigms*. (A cultura da informação Norte-Sul: tendências nas comunicações globais e paradigmas de pesquisa.) Lagos: Longman Nigeria Plc, 1996. p.123-127.

27. VINCENT, Richard C. *apud* GOLDING, Peter, HARRIS, Phil. (eds.). *Beyond cultural imperialism: globalization, communication and the new international order*. (Além do imperialismo cultural: globalização, comunicação e a nova ordem internacional.) London/thousand Oaks, CA/ New Delhi: Sage, 1997. p. 175-207.

guém sabe o que isso significaria, ... A nova ordem mundial claramente significa coisas diferentes a pessoas diferentes”²⁸.

Vincent insiste em um vínculo entre a economia mundial e a equidade nas comunicações. Ele difere daqueles que sugerem, como Read e Youtie (1996), que apenas melhorias na tecnologia de comunicação poderiam significativamente melhorar as condições econômicas. Cita em sua própria pesquisa a relação oposta de causa/efeito: “a expansão da tecnologia de comunicação parece estar diretamente vinculada ao *status* de renda consumível”. Vincent observa que a desigualdade em termos de comunicação mundial não pode ser sanada apenas com dinheiro, já que muitos projetos bem financiados para agências de notícias e agrupamentos noticiosos falharam por falta de interesse. “Até mesmo a proposta ‘supervia das informações’ pode se tornar meramente uma supervia exclusiva do mundo desenvolvido, que separará ainda mais aqueles que têm (ricos) daqueles que não têm (pobres)”²⁹. Mais pesquisa e monitoramento são necessários para garantir um entendimento adequado dos fluxos de comunicação internacional, afirma ele.

Segundo o autor, deve ser encontrada alguma forma para garantir acesso igual a indivíduos e nações que estão em desvantagem em relação ao uso e distribuição de todas as tecnologias de comunicação. Meios pequenos e alternativos, ressalta, estão surgindo em muitos lugares para aju-

dar a preencher esse vão, mas programas mais amplos são necessários para se alcançar igualdade de condições.

“As artes e as ciências são a base de uma educação e de uma comunicação humanitária”³⁰. Portanto, argumenta Vincent, meios de comunicação de todos os tipos devem ser estendidos a todas as partes do mundo como uma questão de emergência. “Interesses comerciais não podem dominar os culturais”, conseqüentemente, adverte que uma ética internacional de comunicação deve ser desenvolvida a fim de que a desregulamentação e a privatização não privilegiem o que é comercial em detrimento de outras necessidades. Ele também acha que as culturas indígenas podem e devem ser revitalizadas, não degradadas, através do uso adequado dos meios de comunicação de massa.

Os governos e as organizações intergovernamentais, de modo geral, falharam ao não desenvolverem a consciência e a ciência que permitiriam um entendimento mundial das questões relacionadas à comunicação e à informação.

Vincent pensa que o fardo de fazer isso agora recai sobre as organizações não-governamentais, através de instrumentos como as conferências e mesas redondas MacBride que têm sido realizadas, desde 1989, para monitorar, discutir e tornar público o problema da desigualdade nos processos de comunicação em todo o mundo. Por fim, ele salienta que maior ênfase deve ser dada ao princípio de que todos têm o direito humano básico à comunicação.

28. ABEL, E. *apud* GOLDING, P., HARRIS, P. (eds.) *Beyond Cultural... op. cit.* p. 191.

29. VINCENT, Richard. C. *apud* GOLDING, P., HARRIS, P. (eds.) *Beyond cultural... op. cit.* p. 192-193.

30. VINCENT, Richard. C. *apud* GOLDING, P., HARRIS, P. (eds.) *Beyond cultural... op. cit.* p. 192-193.

IMPERIALISMO DA MÍDIA OU GLOBALIZAÇÃO?

Sussman e Lent, em *Transnacionais da comunicação*³¹, falam de uma “teoria da dependência” semelhante ao modelo anterior de “imperialismo da mídia”, mas a maioria dos pesquisadores da área, em meados da década de 90, mudou seu foco de discussão. Abandonou os termos “imperialismo da mídia” ou “imperialismo cultural” e passou a reconhecer o processo mais amplo da globalização. Essa mudança deriva da percepção de que as mais importantes influências internacionais não podem continuar sendo descritas como fruto do poder exercido por nações ou Estados. Ao contrário, tais influências são efeito das forças transnacionais – especialmente as exercidas pelos mega-conglomerados econômicos.

As empresas transnacionais e as empresas transnacionais de mídia têm interesses que não se identificam com os de qualquer país em particular.

Até mesmo Herbert Schiller, crítico de longa data do imperialismo cultural, admite que os Estados Unidos não são mais o poder *imperial* dominante e a *bête noire* (ovelha negra) da hegemonia mundial das comunicações. Ele diz que, “embora a presença norte-americana nos negócios de mídia continue forte, uma poderosa e cara

ordem empresarial transnacional é a principal máquina da atual atividade cultural e econômica mundial³².

O impacto social e cultural das forças transnacionais cada vez mais manifesta suas origens multiculturais, não se referindo apenas aos Estados Unidos, Europa, Japão ou a qualquer localidade em especial. Por causa da capacidade das empresas transnacionais de mover seus centros de operação de um país a outro a seu bel-prazer e controlar os recursos financeiros – que de longe superam os da maioria das nações ou Estados – essas entidades transnacionais se tornaram *canhões soltos* no cenário mundial, fora do controle direto de qualquer estrutura legal ou de outra influência inibidora.

A explosão da violência étnica ocorrida durante a década de 90, principalmente os genocídios em Ruanda e na Bósnia, com seu apelo de *limpeza étnica*, levantam questões acerca das culturas locais e regionais e sobre o fato de elas deverem ou não ser consideradas sacrossantas.³³ Crimes cometidos em nome de culturas em particular minam qualquer apelo à teoria de relativismo cultural absoluto, o que faria da cultura o critério final de justiça e moralidade, sem referência aos princípios transcendentais. Não obstante, a cultura continua importante. Ela dá ao indivíduo muito de seu sentido de identidade própria,

31. SUSSMAN, G., LENT, J. A. (eds.). *Transnational communications: wiring the third world*. (Transnacionais da comunicação: ligando o Terceiro Mundo.) (Communication and human values series). Newbury Park, London/New Dehi: Sage, 1991. Ver também o artigo *Globalização da comunicação*, revista *Comunicação & Educação*. São Paulo: CCA-ECA-USP/ Segmento, n. 19, set./dez. 2000. p. 47-66.

32. SCHILLER, Herbert I. *The global commercialization of culture*. (A comercialização global da cultura.) *Directions PCDS*, vol. 4, n. 1, 1990. p. 4.

33. Esta posição é perigosa, pois pode levar a perder de vista os interesses geopolíticos e econômicos que os Estados Unidos e os países ricos da Europa têm sobre a África e o Leste Europeu. (N. Ed.)

cosmovisão, além de um raciocínio lógico para viver. Culturas locais devem ser respeitadas, sem serem transformadas em fator absoluto. Elas inevitavelmente mudam em resposta às forças externas, inclusive por causa da influência dos meios de comunicação internacionais.

CULTURA POPULAR LEVADA A SÉRIO

Jesús Martín-Barbero³⁴ observou que maior atenção deveria ser dada à complexidade das relações étnicas e à cultura popular dentro do Estado-nação, bem como internacionalmente. Em muitos casos, o gatilho que deflagra ressentimentos étnicos é a integração forçada de dois ou mais grupos étnicos em um único Estado, geralmente com um deles dominante e coagindo os outros.

No Ocidente, a integração vertical da sociedade foi pré-configurada pela estrutura hierárquica da Igreja e aperfeiçoada, posteriormente, pelas estruturas da monarquia e pelos Estados modernos, que ampliaram seu alcance geográfico de forma a englobar muitas sociedades e culturas locais. De acordo com Martín-Barbero, o domínio da hegemonia do Estado em relação à cultura – reprimindo culturas locais – foi firmemente promovido pelo crescimento do mercantilismo e do capitalismo, como um meio de expandir mercados. O autor acrescenta que a tendência à homogeneização cultural continuou através de

um longo processo de aculturação até a fase atual da globalização.

PAPEL DO CAPITALISMO

Para Karl Marx e seus seguidores, toda a cultura humana cresce a partir das relações de produção – uma fonte econômica e de bens. Mas, a interpretação socialista perdeu muito de sua base nos últimos anos, e o quadro para o processo de globalização tem características extremamente capitalistas. Esta influência capitalista afeta até mesmo a China.

Herbert I. Schiller³⁵ destaca alguns dos problemas derivados da mercantilização da cultura e a forma como eles aparecem nos Estados Unidos. A crise que ele vê lá pode ser considerada como um microcosmo daquilo que pode acontecer com o mundo no curso do processo de globalização.

Ele acredita que a
“desigualdade de acesso e o
conteúdo empobrecido das
informações estão
aprofundando a já propagada
crise social nacional”,³⁶
nos Estados Unidos.

Cita como exemplo quatro fatos: o preço recorde de venda obtido por um *script* de filme violento; o leilão de frequências

34. MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Communication, culture and hegemony**: from the media to meditations. London/Newbury Park/New Delhi: Sage, 1993. (O original em espanhol é de 1987 e a edição em português é **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.)

35. SCHILLER, Herbert I. **Information Inequality**: The Deepening Social Crisis in America. (Desigualdade da informação: a profunda crise social na América do Norte.) New York/London: Routledge, 1996.

36. SCHILLER, H. I. **Information**...*op.cit.* p. xv.

de espectro de rádio a um lance mais alto do que o de costume; a relutância de líderes educacionais em denunciar problemas nacionais significativos de forma a não perder doadores em potencial; e a prioridade dada pelas universidades à contratação de arrecadadores de fundos em vez de acadêmicos. Estes exemplos, observa o autor, “dão destaque às poderosas forças que dominam a esfera social nesta época. Essas compõem um sistema de empreendimentos corporativos amplamente livre, impondo seu desejo local e globalmente, em associação a um aparelho de propriedade privada de informação com influência sem precedentes, amplamente devotado a ganhar dinheiro e a evitar a crítica social”³⁷.

Schiller acredita que o grande negócio e as altas somas de dinheiro estão rapidamente engolindo as instituições. Os meios de comunicação de massa, instituições de ensino superior etc. eram instituições das quais as pessoas dependiam para evitar que as poderosas hegemonias, baseadas no poder econômico de grandes empresas, destruíssem as liberdades individuais e o bem comum. Enquanto admite que as liberdades pessoais não aparentam estar, por enquanto, ameaçadas, para ele existe um “edifício invisível de controle social” com uma localização central “embutida na estrutura da economia – a posse de propriedade e autoridade sobre a alocação de recursos fundamentais. Aqui, contudo, focalizo em

outro local do poder, as indústrias culturais: filme, televisão, rádio, música, educação, parques temáticos, publicações e informatização”³⁸.

Ele discute ainda diversos aspectos da crescente desigualdade: as maneiras pelas quais a cultura é *policiada*, tanto formal quanto informalmente; como as instituições públicas são tão dependentes de dinheiro que estão à mercê daqueles que as financiam; como as empresas e os governos cada vez mais controlam o acesso aos dados, o que poderia desafiar o monopólio do poder; e como os efeitos especiais da mídia cada vez mais são um instrumento para capturar telespectadores, de uma forma nova e em grande escala de consumo improdutivo.

Capítulos subsequentes no livro de Schiller atualizam esse tema tão familiar dos críticos sociais da Escola de Frankfurt³⁹ para informar sobre como a chamada “supervia de informações”, de fato, abarca a idéia enganadora de que as forças de mercado podem suprir as necessidades da maioria e de que a globalização da infovia eletrônica está criando um mundo ingovernável, no qual a exploração pelas empresas transnacionais permanecerá sem limites.

Schiller deplora a maneira pela qual a cultura *pop* norte-americana está varrendo o mundo, mas pensa que um novo movimento radical surgirá para substituir o socialismo à medida que as desigualda-

37. SCHILLER, H. I. *Information...op.cit.* p. xvii.

38. Idem. *Ibidem.* p.2.

39. Theodor Adorno e Max Horkheimer foram os principais teóricos da escola de Frankfurt, cujo conjunto de concepções ficou conhecido pela expressão “teoria crítica”. Eles criticavam a produção industrial capitalista da cultura, chamando-a de indústria cultural. Ler mais sobre o assunto na obra *Horkheimer e Adorno*, vida e obra. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (N. Ed.)

des promovidas pelo capitalismo se tornarem intoleráveis.

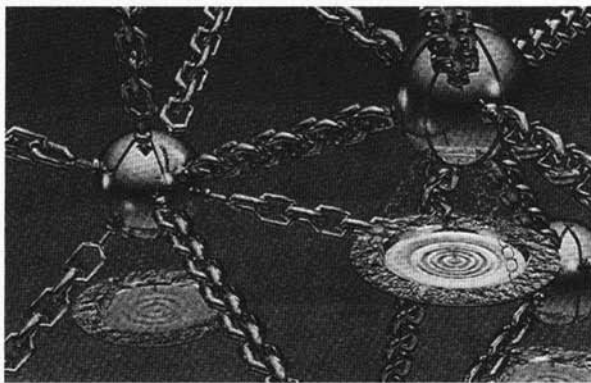
Os críticos da direita podem facilmente fazer objeção a isso, pois Schiller considera que todos esses efeitos negativos são decorrentes do capitalismo, sendo que as mesmas coisas podem ser ditas do socialismo corrupto e hegemônico que, se tivesse obtido êxito, também teria promovido valores materialistas. A única diferença é que o socialismo não obteve êxito, enquanto o sistema capitalista global, possivelmente indesejável mas que inevitavelmente obteve sucesso, é aquele com o qual estamos confrontados.

LEI INTERNACIONAL E COMUNICAÇÃO GLOBAL

A lei internacional mudou de visão sobre o papel do indivíduo. Escritores do século XVII que discutiam a lei internacional, observa Cees Hamelink, simplesmente “presumiam que os indivíduos tinham uma personalidade legal internacional”. Mas no século XIX, no entanto, “apenas Estados, de modo geral, eram considerados sujeitos da lei internacional”. Com os julgamentos por crimes de guerra conduzidos ao final da Segunda Guerra Mundial, ocorreu outra mudança, e, mais uma vez, indivíduos podiam ser responsabilizados. “Foi estabelecido juridicamente que os indivíduos têm responsabilidade, sob a lei internacional, em relação à humanidade”⁴⁰.

Embora os Estados, com suas relações de poder e acordos recíprocos, continuem

sendo o local principal da lei internacional, não apenas as responsabilidades individuais mas também os direitos individuais passaram a ter uma posição mais legal sob eles do que tinham no passado. De forma semelhante, organizações não-governamentais (ONGs) – tanto as de interesses comerciais, quanto empresas transnacionais, como também organizações reli-



HALF SIMONEA, BITMOVIE CHASQUI99

giosas sem fins lucrativos, humanitárias e outras – ficaram tão importantes, sem qualquer identificação com um Estado em particular, que passaram a ser reconhecidas pela lei internacional como entidades independentes, com seus próprios direitos e responsabilidades.

De acordo com Hamelink, ONGs internacionais sem fins lucrativos e organizações de interesses especiais proliferaram desde 1945 e têm considerável autoridade moral. Empresas transnacionais, por sua parte, tornaram-se tão poderosas que conseguem influenciar deliberações nos fóruns onde os acordos internacionais que formam a base da lei internacional são

40. HAMELINK, Cees J. **The politics of world communication: A Human Rights Perspective.** (A política da comunicação mundial. Uma perspectiva dos Direitos Humanos.) London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage, 1994 (Coleção Communication and Human Values.), p. 42-43.

decididos, como o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o International Telecommunications Union (ITU) (União Internacional de Telecomunicações).

Apesar de os Estados continuarem tendo considerável força, não se pode negar que houve uma mudança. De um sistema estadual ou mundial centralizador, passou-se a um sistema mundial policêntrico, onde há diversos atores. Isto sinalizou a inevitável erosão da posição do Estado nacional como o único *porteiro* entre as sociedades nacionais e o sistema internacional, comenta o autor.

O declínio da autoridade dos Estados significa que não há mais qualquer autoridade real que possa regulamentar, com força legal e de forma completa, as empresas transnacionais de mídia.

As empresas transnacionais exercem o mesmo papel, nas relações internacionais, que os próprios Estados exerciam quando a lei internacional estava começando a assumir sua forma moderna, no século XVII. O papel é determinado pelo equilíbrio do poder que elas mantêm com outras entidades – Estados, organizações intergovernamentais, ONGs de interesse público e outras transnacionais – e pelos *tratados* que negociam com potenciais rivais para estabelecer direitos e deveres recíprocos. Com efeito, elas estão criando um campo inteiramente novo de lei internacional e controlam, amplamente, para seus próprios propósitos, a forma que a lei está assumindo.

Hamelink vê nisso uma ameaça ao direito das pessoas de se comunicar. Um

direito que atualmente não está protegido em nível global por qualquer poder efetivo. Ele considera que para o direito de comunicação ser preservado, pessoas comuns devem se organizar internacionalmente para confrontar a ameaça.

ÉTICA UNIVERSAL DE COMUNICAÇÃO

O mais preocupante efeito da globalização, na visão de muitos observadores críticos, é o mercantilismo que decorre de seu grande impulso econômico, com o objetivo de maximizar o consumo. Tudo é manifestado em termos de mercado, sejam bens materiais, entretenimento, notícias e informações, educação, cultura superior e até a religião.

Os valores são, muitas vezes, declarados unicamente em termos monetários, empurrando para o lado as considerações de cultura, moralidade, religião e até mesmo de estética. O “resultado final” torna-se o critério final para avaliação.

Embora essa tendência na vida contemporânea seja evidente no nível da família e na comunidade local, pode ser ainda mais dominante no nível internacional, onde a economia tende a moldar todas as decisões diplomáticas. Acordos como o General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), o Banco Mundial, a União Européia e o North American Free Trade Agreement (NAFTA) (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) são elaborados amplamente por economistas que enfatizam valores econômicos e aparentam, cada vez mais, guiar a interação di-

plomática com pouca consideração dada ao seu impacto nas dimensões não-econômicas da vida humana. O discurso de mercado das estruturas corporativas de poder tende a receber uma condição privilegiada nos fóruns internacionais, assim como em nível nacional, inclusive em países onde a liberdade de expressão individual é limitada ou até suprimida.

Mesmo se existisse uma autoridade que tivesse poder para proteger o direito de comunicação dos cidadãos, algum acordo precisaria ser feito em relação à natureza e aos limites desse direito e de suas responsabilidades. Um acordo completo sobre ética e moral é difícil estabelecer-se mesmo em termos de Estado, quanto mais em base mundial, principalmente por causa das sociedades multiculturais que caracterizam a maioria das nações e os sistemas morais, muitas vezes conflitantes, que prevalecem entre muitos grupos étnicos e subculturas. Além disso, mesmo dentro de muitas sociedades que anteriormente tinham uma visão ética comum, tal consenso foi quebrado ou está ameaçado, pelo menos em parte, por causa da influência dos meios de comunicação de massa.

Os princípios nos quais uma ética de comunicação pode ser baseada estão sob ameaça ou estão totalmente abandonados em muitos países. Christians e Traber reconhecem que seria inútil tentar reconstruí-los em suas formas anteriores. O objetivo de seu livro não é recuperar os princípios, mas “reintroduzi-los no discurso normativo atual e reconceitua-los, tão sistematicamente quanto possível, para as instituições modernas de comunicação de massa”⁴¹.

O relativismo cultural e moral têm sido tão triunfantes universalmente neste final de século que qualquer tentativa de apelar à razão como o parâmetro para normas gerais é redondamente castigada no fórum público, como uma tentativa de impor o “controle imperialista sobre os julgamentos morais”⁴².

PERSPECTIVA: GLOBALIZAÇÃO PERMANENTE

A globalização definitivamente veio para ficar, mas fica evidente, com base nos trabalhos aqui citados, que as interpretações a seu respeito variam amplamente. Esse certamente é um processo complexo, que abrange vários níveis e perspectivas de análise.

A maioria da literatura sobre a globalização consiste de “conflitos e ataques”, especialmente no que se refere aos efeitos da recepção internacional de televisão. Seus efeitos penetram diversos níveis de todas as sociedades, embora sejam mais evidentes em alguns contextos do que em outros.

REGULAMENTAÇÃO TRANSNACIONAL

A suposição de que todas as organizações com fins lucrativos controladas pelo setor privado são ruins e piores ainda quando são organizações transnacionais, não é necessariamente válida. Mas parece ser verdade que qualquer empresa que vise à obtenção de lucros requer uma autoridade reguladora superior para garantir que, além de obter lucro, ela também sirva ao interesse público. Quando tal corporação é transnacional, a autoridade

41. CHRISTIANS, Clifford., TRABER, Michael (eds.). *Communication Ethics and Universal Values*. (Ética da comunicação e valores universais.) Thousand Oaks/London/New Delhi: Sage, 1997.

42. CHRISTIANS, Clifford., TRABER, Michael (eds.). *Communication ...op. cit.* p.6.

reguladora também deve ser transnacional. Do contrário, a empresa pode simplesmente transferir suas atividades para outro país se as diretrizes do país anfitrião se tornarem inconvenientemente limitantes.

Como as empresas transnacionais muitas vezes controlam mais capital e têm maior poder de barganha do que os governos nacionais com os quais devem negociar, o potencial de corrupção é endêmico.

Políticos, muitas vezes, provam estar dispostos a sacrificar os melhores interesses de seus constituintes para obter ganho pessoal. Uma empresa transnacional sem qualquer limite legal ou ético transcendente pode, de modo geral, comprar qualquer vantagem que desejar em países menos desenvolvidos industrialmente e até em países mais desenvolvidos.

Para prevenir abusos por parte de empresas transnacionais de mídia, bem como por outras empresas, devem ser estabelecidos padrões éticos que se apliquem universalmente, como dizem Christians e Traber. Mas esses padrões só serão eficazes se forem regulados e apoiados por um mecanismo com autoridade mundial. Os mecanismos de regulamentação internacional que já existem são compostos por representantes dos governos e, muitas vezes, das próprias transnacionais e são acionados meramente para evitar confusões operacionais, não para evitar ou punir práticas corruptas e injustas.

Em termos práticos, o máximo que se pode esperar é o desenvolvimento de mais organizações não-governamentais que atuem como *cães de guarda*, usando a expressão de Hamelink⁴³, em nível internacional. Há *cães de guarda sem dentes*, não mordem, mas têm um certo poder de persuasão moral. Exercem uma pressão que, às vezes, envergonham as empresas transnacionais e as levam a ter um comportamento mais justo. Podem até mesmo fazer com que um ou mais países limitem as irregularidades dessas empresas dentro de sua própria esfera de controle.

Organizações não-governamentais sem fins lucrativos se multiplicaram em nível internacional durante os últimos 50 anos. Muitas são da variedade de *cão de guarda*, mencionada por Hamelink, mas outras representam uma ampla gama de interesses especiais. Algumas se dedicam a promover e proteger os direitos humanos ou a auxiliar pessoas com diversas necessidades. Outras, ainda, promovem o ódio e o terrorismo, avançando sobre causas menos louváveis.

EMPRESAS TRANSNACIONAIS E OS GOVERNOS

Os governos e as organizações intergovernamentais ainda têm vantagens – como o controle de forças militares – mas cada vez mais estão assumindo o papel de arenas, nas quais as organizações transnacionais fazem manobras para alcançar seus próprios objetivos. A troca de correio entre países e a distribuição internacional de localizações de transmissão no espectro eletromagnético são apenas dois entre inúmeros exemplos de funções que provocam a colaboração deste tipo.

43. HAMELINK, Cees J. *The politics...op. cit.*

Os governos iniciaram muitos fóruns internacionais para tratar dessas necessidades mundiais de comunicação, mas como as telecomunicações têm sido privatizadas, são as empresas transnacionais de comunicação que passaram a ser as partes mais interessadas. Elas desejam alcançar seus próprios objetivos, não necessariamente os objetivos dos governos anfitriões.

As empresas transnacionais
são tão poderosas que muitas
vezes acabam negociando
umas com as outras, através
de negociadores
governamentais que são
testas de ferro.

Os mecanismos de regulamentação tornam-se, dessa forma, meras ferramentas para evitar conflitos entre elas, em vez de ter qualquer poder de regulamentação ou de punição para proteger o interesse público contra empresas desobedientes.

CULTURA

A homogeneização cultural, um dos efeitos da globalização, não pode ser facilmente evitada. Ao contrário, deve ser esperada em função dos rápidos movimentos populacionais em todo o mundo, como os que têm ocorrido nas últimas décadas. Alterações culturais inevitavelmente acompanham as alterações tecnológicas, como na transição da agricultura movida por animais à agricultura movida por má-

quinas, ou na transição de economias predominantemente agrícolas a economias predominantemente industriais. É apenas natural que tais alterações tendam a assumir formas culturais adotadas de outros países onde as alterações ocorreram anteriormente. Mas um rompimento muito acentuado com a cultura tradicional pode ser destrutivo, tanto social quanto psicologicamente. O ideal é que se dê uma transição sem atritos, de forma que se mantenha tanto quanto possível a cultura tradicional.

Influências hegemônicas da mídia, como o domínio mundial do cinema e da programação de televisão norte-americanos, dependem de fatores econômicos e sociais que seriam difíceis de compensar, exceto através de censura e subsídios. Contudo, tais fatores estão sempre em fluxo e já estão sendo alterados, através de projetos colaborativos de produção, de esforços para melhorar a produção doméstica em muitos países etc. Tais influências também funcionam de formas diferentes, em diferentes níveis. As culturas locais podem estar passando por processos de revitalização fundamental enquanto as modas internacionais vêm e vão, nos níveis mais superficiais de cada uma das culturas.

SEXO, VIOLÊNCIA E BAIXA QUALIDADE

Particularmente preocupante no comércio internacional de filmes e de programação de televisão é a tendência de depender da ação, da violência, do sexo das tramas simplistas projetadas para fácil tradução a muitos idiomas e da inteligibilidade intercultural. Essa tendência não apenas

baixa o nível moral dos meios de comunicação de massa disponíveis, mas também sua qualidade. Relacionamento direto de causa e efeito entre o tipo de consumo de mídia e o comportamento de seus consumidores são difíceis de provar, mas é óbvio que a mídia tem grande papel em moldar o ambiente cultural. Esse processo de molde torna-se duplamente perturbador quando envolve elementos estrangeiros – especialmente elementos que minam os padrões morais aceitos de uma cultura.

O tempo da mídia pode ser o tempo da qualidade se o conteúdo da mídia for válido. Muitas vezes, no entanto, conteúdo abaixo do padrão torna a experiência da mídia uma mera rodada rotineira de estímulos sensuais superficiais que não levam a lugar algum.

A onipresença da mídia no geral, não apenas da mídia que tem cargas mais óbvias de influência de globalização, requer esforços mais intensos e mais extensos em todos os países para uma sistemática

“alfabetização” para a mídia. Inserir a educação para a mídia em currículos escolares já lotados é um desafio em todos os lugares; mas se tal desafio não for levado a cabo, crianças – e os adultos nos quais elas se transformarão – ficarão despreparadas para lidar com uma das forças mais poderosas que moldam suas vidas.

Um dos maiores, mas talvez menos reconhecidos, perigos da utilização da mídia é o desenvolvimento de hábitos de passividade. Imagens de outras culturas, como outras imagens de mídia, podem ser utilizadas com propósitos construtivos e variados se forem vistos criticamente e discutidos com pais, professores, irmãos e irmãs e com grupos de amigos. Mas isso requer esforço e atividade.

Apenas o uso ativo, totalmente alerta e crítico pode tirar proveito dos benefícios da experiência global de mídia – de qualquer experiência de mídia – e, assim, evitar as suas ciladas.

Resumo: O autor discute a complexa relação que se estabelece no mundo globalizado entre o constante avanço das tecnologias de comunicação e o seu ainda restrito acesso pela população mundial. Destaca principalmente o problema da concentração dessas novas tecnologias nas mãos de empresas transnacionais que, muitas vezes, dispõem de mais poder decisório do que os próprios Estados nacionais. Salienta a necessidade de regulamentação das empresas transnacionais em prol de uma ação responsável e democratizadora das mídias. Tal regulamentação depende de instituições globais, tais como as organizações não-governamentais – ONGs. Apresenta como perspectiva a necessidade de educação e alfabetização para a mídia.

Abstract: The author discusses the complex relationship there is between the globalized world and the constant advances made in communication technologies and the restrictions the world populations confront to have access to such technologies. The main emphasis is on the fact that these new technologies are concentrated in the hands of transnational companies that, often, have more decision-making power than the national States themselves. The need for transnational company regulation aiming at a responsible and democratic media action is stressed in the article. Such regulation depends on global institutions such as non-governmental organizations– NGOs. The article presents as perspective the need for education and literacy for the media.

Palavras-chave: globalização, transnacionais, Internet, novas tecnologias, regulamentação, nova ordem mundial

Key words: globalization, transnational companies, Internet, new technologies, regulation, new world order